

O Programa Incluir e a equipe multiprofissional do Núcleo de Apoio à Inclusão: o fortalecimento da política de acessibilidade na Universidade Federal do Acre

Letícia Mendonça Lopes Ribeiro ¹

RESUMO

O presente estudo objetivou caracterizar as repercussões do Programa Incluir para a consolidação do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da Universidade Federal do Acre (Ufac), considerando a trajetória de desempenho da equipe multiprofissional deste Núcleo em seus mais de 15 anos de atuação. Como perspectiva metodológica, optou-se por uma pesquisa qualitativa baseada na análise documental, tendo como estratégia complementar os dados das entrevistas semiestruturadas realizadas com as cinco profissionais do quadro-técnico administrativo da classe E (nível superior) que integravam o NAI/Ufac em 2021, sendo essas: psicóloga, fonoaudióloga, assistente social, fisioterapeuta e técnica em assuntos educacionais. Como resultados, observou-se que sem as estratégias e os recursos do Programa Incluir, certamente o NAI/Ufac não estaria em execução e não fortaleceria a política de acessibilidade na instituição em que ele se encontra, desde 2008. Como principal destaque, reforça-se a consolidação da equipe multiprofissional do NAI/Ufac, a qual busca exercer com seriedade a função de responder pela organização de ações institucionais que garantem a inclusão de pessoas que são público-alvo da Educação Especial na vida acadêmica, restando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e informação, com o intuito de promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade na instituição. Entretanto, apesar do comprometimento laboral das componentes da equipe, é preciso considerar especialmente as barreiras atitudinais, impostas constantemente pelos/as demais servidores/as da Ufac (especialmente pelos/as docentes), ainda carentes de formação inclusiva e com ações incoerentes ao que é preconizado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Apesar desses entraves, reconhece-se que o Programa Incluir mudou – e segue mudando – o cenário de acessibilidade na Ufac, possibilitando expectativas positivas para a melhoria das condições de inclusão de toda a comunidade universitária.

Palavras-chave: Programa Incluir. Equipe Multiprofissional. Inclusão Universitária.

INTRODUÇÃO

Reconhece-se que a necessidade da inclusão educacional, dos/das estudantes com deficiência e Transtornos Funcionais Específicos (TFE) na Educação Superior, relaciona-se às condições de direito educacional que já são oferecidas na Educação Básica, tendo como base a essencialidade de acesso e permanência desse público nas instituições de ensino.

É nesse contexto que surge a importância das Políticas Públicas Educacionais (PPE), as quais são essenciais para que as ações de inclusão educacional na sociedade brasileira – tão marcada pelas decorrentes situações de exclusão e de desigualdade social – respeitem as

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Professora Adjunta na Universidade Federal de Lavras – UFLA. leticiamlribeiro@gmail.com;

diferenças, mas permitam minimizar o abismo existente nas práticas de escolarização para os/as estudantes com e sem deficiência e/ou TFE – aqui considerados somente como um único grupo: pessoas (ou estudantes) com deficiência.

Esse âmbito destaca umas das PPE que mais impactaram no ingresso e na permanência dos/das alunos/as com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES): a implantação dos Núcleos de Acessibilidade com recursos provenientes do Programa Incluir (2005-2011). Esses espaços, que começaram a ser implantados a partir de 2006, tornam-se referências para a articulação de ações e práticas orientadas aos/às estudantes com deficiência nas IFES.

Quanto à Universidade Federal do Acre (Ufac), o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) foi instituído no ano de 2008, ganhando grande crescimento e repercussão com os recursos do Programa Incluir (Martins, 2022). Certamente, sem os recursos e orientações do referido programa, o NAI/Ufac não teria se fortalecido e ganhado a referência que se tornou nos últimos anos dentro e fora da Ufac.

Neste sentido, a presente pesquisa objetivou caracterizar as repercussões do Programa Incluir para a consolidação do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da Universidade Federal do Acre (Ufac), considerando a trajetória de desempenho da equipe multiprofissional deste Núcleo em seus mais de 15 anos de atuação.

Como construção metodológica, é importante observar que se trata de uma pesquisa qualitativa, por comportar um universo de significados, motivos, valores e atitudes que possuem um vínculo com os processos – vivenciadas pelas participantes do estudo – os quais não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2013). Nesse sentido, esta pesquisa se debruçou em, por meio do conteúdo oferecido pelos sujeitos de pesquisa, apresentar dados que permitam a interpretação de todo o contexto da inclusão acadêmica na Ufac.

Observa-se que o desenvolvimento do estudo se concentrou na realização de uma entrevista individual, estabelecida a partir de um roteiro semiestruturado, com as cinco servidoras da equipe multiprofissional do NAI/Ufac que integravam o núcleo em 2021: psicóloga, fonoaudióloga, assistente social, fisioterapeuta e técnica em assuntos educacionais (licenciada em Letras Português).

Para que fosse mantido o anonimato das participantes, elas foram identificadas de maneira aleatória com nomes de frutas típicas da região norte do Brasil: Graviola, Açaí, Buriti, Tucumã e Cupuaçu. Dessa forma, a cautela com a não exposição das profissões de cada entrevistada foi estabelecida de maneira rígida. Esse cuidado foi necessário porque todas as participantes afirmaram, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

do/a participante, que preconiza a garantia da ciência e da autorização expressa do uso das informações por eles oferecidas sem qualquer menção nominal que possa os expor. Mais detalhes sobre a produção dos dados serão apresentados mais à frente.

Por enquanto, é fundamental reconhecer como o presente texto está organizado: após esta Introdução, a segunda seção, nomeada como “O histórico e as ações do Programa Incluir” faz uma revisão do referido programa em seus quase 20 anos de atuação, bem como pontua as práticas mais incisivas para o fortalecimento dos Núcleos de Acessibilidade. A terceira seção, “Resultados e Discussão: a equipe multiprofissional do NAI/Ufac, suas visões e suas ações” exhibe os principais apontamentos da referida equipe quanto à execução do próprio trabalho e quanto às práticas inclusivas na Universidade, estando algumas delas em diálogo as prerrogativas do Programa Incluir. Por fim, as Considerações Finais retomam pontos basilares do estudo, bem como reforçam a necessidade de mais pesquisas e práticas que, de fato, prezem pela inclusão dos/as estudantes com deficiência no espaço universitário.

O HISTÓRICO E AS AÇÕES DO PROGRAMA INCLUIR

Reconhece-se que o Programa Incluir é uma importante política de inclusão na Educação Superior. Assim sendo, enfatiza-se essa importância ao conceituar o significado de “incluir”.

Incluir é abranger a todos sem exceção. Na educação inclusiva, os espaços são adaptados para o convívio de todos, assim como os materiais utilizados nas atividades. É uma educação que busca identificar todo e qualquer obstáculo que o aluno possa enfrentar e eliminar as barreiras. Por isso, incluir é reconhecer a diversidade de aprendizado. Para Ferrari e Sekkel (2007), a construção de um ambiente inclusivo na educação não se dá por meio de uma padronização, ao contrário, é necessário que a inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças (Nascimento, 2020, p. 33).

Esse é o cenário proposto pelo Programa Incluir: uma inclusão se faça a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças entre os/as estudantes da Educação Superior. Para a compreensão mais ampla desse panorama, faz-se fundamental uma breve retrospectiva histórica do referido programa.

Estabelecido em 2005, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior – nomeado como Programa Incluir, foi certamente o “primeiro programa governamental no Brasil voltado para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior (Nascimento, 2020, p. 33). O documento orientador deste programa indica que a proposta intenciona orientar a

institucionalização da Política de Acessibilidade nas IFES, “a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior” (Brasil, 2013, p. 03).

Esta proposta está em diálogo com o Decreto Legislativo 186/2008, o qual aprovou, em âmbito nacional, o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 2007. O referido Decreto explicita, na seção de Educação, Artigo 24:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo **em todos os níveis**, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida (...) (Brasil, 2008a, p. 10 – Grifos meus)

Ressaltar a garantia de “sistema educacional inclusivo em todos os níveis” pressupõe que a Educação Superior também é um nível de escolaridade assegurado para as pessoas com deficiência. Foi nesse sentido que o Programa Incluir, executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), fomentou a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas IFES, as quais “respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade” (Brasil, 2013, p. 03).

Nesse ponto é importante destacar que os Núcleos de Acessibilidade se caracterizam como a constituição de espaço físico, com profissionais responsáveis pela organização das ações, para a articulação entre os diferentes órgãos e departamentos da IFES, tornando-se responsáveis pela implementação da política de acessibilidade, bem como pela efetivação das atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvam os/as estudantes com deficiência ou necessidades específicas. Logo, estes Núcleos atuam diretamente no “favorecimento da acessibilidade das pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição” e, portanto, são espaços que “devem se articular às demais atividades da instituição” (Nascimento, 2020, p. 34).

A partir de 2012, o governo federal expandiu o financiamento do Incluir a todas as IFES, desobrigando a submissão de projetos aprovados e, então, oferecendo aportes de recursos financeiros previstos na matriz orçamentária dessas Instituições. Assim, foi possível institucionalizar ações de política de acessibilidade com mais segurança, por meio dos Núcleos de Acessibilidade.

É nesse contexto que se reafirma a importância de um programa, como o Incluir, para manter a coerência com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Sendo esta a principal política pública direcionada à escolarização das pessoas com deficiência, reforça-se que ela explicita os meios e as dimensões para promover o acesso, a permanência e a participação dos/as estudantes, que constituem seu público-alvo, na Educação Superior:

Na Educação Superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008b, p. 17).

É diante de todo esse panorama que a análise, que hora se propõe, se debruçará a detalhar. Será o diálogo, entre o Programa Incluir e as ações do NAI/Ufac, o grande protagonista dos resultados aqui apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO NAI/Ufac, SUAS PERCEPÇÕES E SUAS AÇÕES

Para a melhor compreensão das ações da equipe do NAI/Ufac, julga-se necessário considerar, inicialmente, a socialização profissional desta equipe. Neste sentido, pode-se conceituar a socialização profissional como um conjunto de ações que se estabelece a partir da “aprendizagem dos valores, crenças e formas de concepção do mundo vinculados aos pressupostos de uma determinada cultura ocupacional” (Ribeiro, 2016, p. 76).

Quanto aos primeiros momentos de atuação destas servidoras, destacam-se as vivências de Graviola e Açaí, que fazem menções importantes sobre as grandes dificuldades que enfrentaram quando iniciaram como servidoras do NAI.

[O início] Foi bem difícil. Bem difícil mesmo. Havia uma troca grande de servidores, muitos chegando e outros saindo. Eu não sabia ao certo o que eu ia fazer. E eu também não tinha muitas orientações do que eu tinha que fazer. [...] Logo, logo eu tirei licença [maternidade] e, quando eu voltei, eu tentei me entrosar melhor. E aí as coisas estavam mais claras. Eu procurei mais também. [...] O que faltou mesmo foi clareza. O que eu faço, o que faz a colega, o que faz os outros. É muito difícil atender um aluno se eu não sei o que eu tenho que fazer para ajudar ele. (Graviola)

Nossa... Eu achei muito difícil [o início das atividades como profissional do NAI/Ufac]. Eu sempre tive convívio com pessoas com deficiência, com transtornos e com dependência química. Mas, é muito diferente quando você tem que atender um

aluno, que está dentro de uma universidade. [...] Sempre deixei a minha porta aberta. Então, os alunos sempre tiveram muita liberdade de entrar e conversar comigo. Mas, quantas vezes eu não pude ajudar? Eu nem sabia como ajudar! Eu já me senti muito perdida... (Açaí)

É possível perceber nos relatos de Graviola e Açaí como os primeiros momentos de socialização profissional, no novo ambiente de trabalho, trazem diversas incertezas. Assim como acontece entre os/as professores/as que acabaram de ingressar na profissão, é possível perceber um sentimento contraditório de autonomia, insegurança e até mesmo de resignificação de crenças nesta nova iniciação profissional (Cavaco, 1991).

De uma maneira muito distinta, Buriti e Tucumã apresentam outras angústias nos primeiros momentos de trabalho no NAI/Ufac. Como ambas exercem profissões que têm ações referentes à perspectiva clínica (especificamente por meio do atendimento individualizado) e institucional (com a oferta de ações para toda a comunidade da instituição). As menções feitas pelas duas profissionais – indicadas a seguir – sugerem como, inicialmente, houve certa insegurança na proposição do trabalho a ser desenvolvido no NAI/Ufac.

A primeira dificuldade que eu vi mesmo foi como aplicar a [nome da sua profissão] em um ambiente institucional. [...] É porque uma coisa é o atendimento clínico; outra, é o atendimento institucional, né? O atendimento institucional exige que o profissional veja toda a instituição, e não só a pessoa do atendimento clínico. [...] Acaba que hoje eu faço mais é o atendimento clínico mesmo, né? Não dá para fugir muito disso, apesar de sempre ter alguma palestra ou alguma participação que a gente participa junto. (Buriti)

[...] Eu sempre fiz atendimento clínico, na [local em que trabalha externamente à Ufac] e nos outros lugares que eu trabalhei. Então, eu tive que entender como poderia ser a proposta para o atendimento institucional, que é bem diferente. [...] Aí, hoje sim. Hoje eu faço a prática da [nome da sua profissão] institucional. Há ações em que a gente pode mesmo propor a [nome da sua profissão] para toda a Ufac. (Tucumã)

Ao perceber a clara distinção entre as práticas profissionais institucionais e clínicas, indicadas pelas duas participantes, faz-se conveniente diferenciar, com mais detalhes, essas duas perspectivas de atuação. Como exemplo, temos as distinções feitas entre a psicologia institucional e a psicologia clínica, especialmente por meio da distinção de Bleger (1984 *apud* Guirado, 2009). Para este autor, o trabalho desenvolvido pela psicologia institucional, tem a visão da instituição (da qual os indivíduos fazem parte) como um todo e também como alvo de intervenção. Assim, o “psicólogo opera com os grupos, desde os de contato direto com a clientela até a direção” e, mesmo mantendo o trabalho clínico psicanalítico, há uma compreensão importante de que as “relações interpessoais guardam uma formulação muito interessante: a da simbiose e ambiguidade nos vínculos” (Guirado, 2009, p. 324-325).

Ao transpor essa postura para o trabalho realizado na NAI/Ufac, é possível indicar que, enquanto o atendimento clínico tem uma proposta que trabalha com a individualidade de cada *paciente* atendido, o atendimento institucional procura ter uma visão mais ampla de como as questões individuais pode repercutir em práticas para beneficiar a inclusão de *estudantes* com deficiência e/ou TFE, o que pode acontecer por meio de palestras, grupos de estudo e propostas de formação com participações coletivas.

Apesar desta clara distinção entre as propostas clínicas e institucionais, Cupuaçu tem um posicionamento diferente quanto a esta diferenciação e, principalmente, sobre as dificuldades (não enfrentadas) no início do processo de socialização profissional no NAI/Ufac.

Eu achei bem tranquilo [o início das atividades como profissional do NAI/Ufac]. Mas, assim, é fato que eu continuo com o atendimento clínico. [...] Eu tenho horários reservados só para os alunos que estão vinculados ao NAI. Ai, se algum precisar, eu atendo com prioridade. [...] Eu fiz uma fala, não foi uma palestra. É que a [coordenadora do NAI/Ufac] me pediu uma vez. Acho que algo que tenha envolvido a instituição toda, foi só essa mesmo... [...] Ah! Rapidinho todo mundo me conhecia. Eu me adaptei bem rápido mesmo. (Cupuaçu)

É possível sugerir que esta grande variedade de percursos e de vivências, construídas pelas servidoras do NAI/Ufac no processo de socialização profissional (especialmente nos primeiros momentos), foi importante para a caracterização das profissionais que eles se tornariam com o passar do tempo. Porém, é válido ressaltar que os primeiros obstáculos estavam mais relacionados à inserção no ambiente de trabalho (especialmente quanto ao entendimento das práticas de trabalho que deveriam ser adotadas) do que, propriamente, ao atendimento dos/as estudantes com deficiência e/ou TFE.

Outro aspecto interessante que essa análise apresenta é o fato de apenas Cupuaçu relatar “conquistas” neste período inicial de trabalho. Ela foi a única participante de pesquisa que menciona sua tranquilidade em se adequar ao espaço e às características do trabalho. Os demais sujeitos, de alguma forma, rememoraram suas lembranças de ingresso no NAI/Ufac com clara angústia, o que demonstra as dificuldades do início do processo de socialização profissional (Ribeiro, 2016).

Nesse sentido, pressupõe-se que estas as primeiras experiências no NAI/Ufac podem interferir em como as servidoras encaram e desempenham o exercício profissional atual, bem como enxergam essa atuação. Esse contexto pode ser demonstrado pelo relato de Açaí, ao mencionar como a entrada deste grupo de servidoras no NAI/Ufac é resultado de toda uma PPE anterior a esse quadro atual.

Eu vejo que a Ufac assim... Ela batalhou muito pra ter a gente aqui, pra ter esse espaço do NAI, pra ter essa estrutura. A gente vê que tem todo um jogo político e tem toda uma política atrás da gente. [...] Então, eu acho assim, mesmo que eu ainda não saiba como ajudar, eu preciso ajudar porque esse é o meu trabalho, certo? O investimento que fizeram para que eu estivesse aqui, tem que valer a pena para a Ufac. É lógico que tem que valer pra mim também, mas a Ufac precisa ganhar com isso, precisa garantir o seu serviço, certo? (Açaí)

Em um sentido similar, Graviola destaca como ela enxerga a atuação do NAI/Ufac, explicitando sua crença em PPE inclusivas. Logo, assim como Açaí, Graviola acredita em um “sistema educacional inclusivo em todos os níveis” (Brasil, 2008a) e se sente parte dessa conjuntura na inclusão estabelecida na Educação Superior.

Quando o aluno entra na Ufac, independente do que ele tem [laudo para deficiência ou TFE], a gente tem que atender, fazer o melhor por ele. [...] Quando a gente vê como o NAI cresceu, o que as políticas públicas fizeram por nós e por outros Núcleos de Acessibilidade e que a gente percebe que... que não é só lá, na escola de Educação Infantil que tem inclusão. Tem inclusão em toda a educação, inclusive na superior! (Graviola)

Os relatos de Açaí e Graviola, bem como outras pontuações das demais servidoras, deixam transparecer que a equipe multiprofissional do NAI/Ufac busca exercer com seriedade a função de responder pela organização de ações institucionais que garantem a inclusão de pessoas que são público-alvo da Educação Especial na vida acadêmica.

Corroborando essa identificação, tem-se o breve relato de Cupuaçu, que indica como as barreiras pedagógicas podem ser transpostas pelo trabalho do NAI. Em um determinado ponto da entrevista, ela revela: “*eu estou sempre disponível para palestrar, para fazer cursos de formação, para os treinamentos bem orientados, para o que for que for realmente mudar a cabeça das pessoas, ainda mais dos professores!*” (Cupuaçu).

Sobre essa questão, que envolve a ruptura de barreiras pedagógicas (pela equipe do NAI/Ufac) diante de outras tantas barreiras atitudinais (especialmente dos/as docentes da instituição), mais relatos transparecem como a mudança de postura dos/as docentes ainda aparenta ser um longo caminho a ser percorrido.

Neste âmbito, Graviola e Açaí trazem boas contribuições. Ambas destacam o papel essencial dos docentes na inclusão destes estudantes – apesar deste papel ainda ser assumido com traços de omissão por grande parte dos/as professores/as da Ufac.

O que a gente tinha mesmo que aprimorar, falando assim, eu e todo mundo aqui na Ufac, é saber bem o que a gente deve dar para os alunos com transtornos. Sendo muito sincera para ti: a gente ainda está tentando adequar o trabalho para ajudar eles... Os alunos com transtorno são mais difíceis. [...] Mesmo assim, a gente aqui no

NAI consegue atender. O complicado de verdade são os docentes. Muitos deles são muito desinteressados. Não querem saber o que fazer para ajudar! (Graviola)

Para aprimorar mesmo, todos deveriam ter consciência de qual é o trabalho do NAI, em que ele pode ajudar. Os professores deveriam saber que, mesmo que o NAI trabalhe com tudo, os alunos continuam sendo deles! E eles têm que correr atrás de como atender esses alunos, né? [...] Olha, tem coisa que me deixa triste. Quando tem aluno com transtorno, tem professor que chega aqui e fala: 'aplica a prova para ele'. Como eu vou aplicar se eu não sou professora? [...] O maior gargalo que a gente tem hoje é com os alunos com transtornos e alguns com deficiência intelectual também. [...] Se os professores tivessem consciência do que é inclusão, do que devem fazer, eu acho que tudo estaria melhor. Com certeza, né? (Açaí)

A questão da capacitação do/a docente, para que ele possa desenvolver um trabalho satisfatório com os universitários com deficiência e/ou TFE, é ainda um dos pontos mais críticos do trabalho inclusivo nas Universidades. Na visão de Melo e Araújo (2018), tal capacitação é um dos eixos fundamentais para a oferta de um ensino de qualidade, já que a maioria desses/as docentes não teve, em sua formação acadêmica, disciplinas e abordagens que se relacionassem ao atendimento desse público. Porém, o que se discute aqui, é omissão por grande parte dos/as professores/as – independente do preparo (ou não) que eles mantêm para receber e lecionar os universitários com deficiência e/ou TFE.

Além disso, uma outra discussão se faz importante: as barreiras atitudinais, impostas constantemente pelos/as docentes, segue repleta de ações incoerentes ao que é preconizado pela PNEEPEI e, portanto, pelo próprio Programa Incluir. Ou seja: a inclusão não é real, pois traz traços essencialmente excludentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se retomar o objetivo deste estudo, identifica-se que a pesquisa objetivou caracterizar as repercussões do Programa Incluir para a consolidação do NAI/Ufac, considerando a trajetória de desempenho da equipe multiprofissional deste Núcleo em seus mais de 15 anos de atuação. Quanto a esse intuito, é possível apontar que tal objetivo foi atingido.

Foi possível perceber que uma das repercussões mais importantes foi propriamente a consolidação do NAI/Ufac, a qual só foi possível pelo estabelecimento do ótimo desempenho da sua equipe multiprofissional. Apesar das muitas angústias enfrentadas pelas suas componentes, em especial nos primeiros momentos de socialização profissional na Ufac, é pelo trabalho delas que o Núcleo se fortaleceu e se tornou uma referência de acessibilidade na Educação Superior acreana.

Neste sentido, credita-se à equipe multiprofissional do NAI/Ufac a responsabilidade (assumida e exercida) em oferecer com seriedade a função de responder pela organização de ações institucionais que garantem a inclusão de pessoas que são público-alvo da Educação Especial na vida acadêmica, minimizando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e informação. São essas profissionais que levam a cargo a promoção e o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade na instituição.

Infelizmente, apesar do fortalecimento desta equipe, sozinha ela não consegue exercer todo o trabalho inclusivo. Então, apesar do comprometimento laboral das componentes da equipe, é preciso considerar especialmente as barreiras atitudinais, impostas constantemente pelos/as docentes da Ufac. Reconhece-se que estes/as profissionais ainda são carentes de formação inclusiva e, portanto, exercem ações incoerentes ao que é preconizado pela PNEEPEI e próprio Programa Incluir.

Mesmo neste cenário desafiador, repleto de entraves e obstáculos, reconhece-se que o Programa Incluir mudou – e segue mudando – o cenário de acessibilidade na Ufac, possibilitando expectativas positivas para a melhoria das condições de inclusão de toda a comunidade universitária.

REFERÊNCIAS

BLEGER, J. **Psicohigiene e psicologia institucional**. E. Diehl & M. Flag, Tradução. Porto Alegre: Artes Médicas. 1984.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2008a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho-2008-572358-publicacaooriginal-103629-pl.html>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Superior. **Documento Orientador do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior**. Brasília, DF: MEC/SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CAVACO, M. H. Ofício do professor: o tempo e as mudanças. In NÓVOA, A. (org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Editora, 1991. p.155-191.

FERRARI, M.A.L.; SEKKEL, M.C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicol. cienc. prof.** [online]. v.27, n.4, 2007, p.636-647. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/bv8ZgTdG4C7VMNZXzrDXdcz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

GUIRADO, M. Psicologia Institucional: o exercício da psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.13, n.2, jul./dez., p. 323-333, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/9447/11377>. Acesso em: 28 jan. 2019.

MARTINS, J.L. **Os Núcleos de Acessibilidade das universidades públicas federais**: uma análise do norte brasileiro. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR, 2022. 189fl. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/78986>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

MELO, F.R.L.V.; ARAÚJO, E.R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. Número Especial, 2018, p. 57-66. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-57.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

NASCIMENTO, D.H.S. **Eliminando barreiras**: as percepções da implementação do Programa Incluir no Campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2020. 139 fl. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38188/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O%20Douglas%20Henrique%20da%20Silva%20Nascimento.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

RIBEIRO, L.M.L. **Saberes Docentes e Socialização Profissional de Professores Iniciantes**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco/AC, 2016. 194fl. Disponível em: <https://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2016-1/dissertacao-leticia-ribeiro.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2024.